

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento
Albuquerque ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico	2
Título: Guedes acalma governadores sobre ICMS dos combustíveis.....	2
Título: Bolsonaro critica reservas indígenas ao lançar conselho da Amazônia ...	3
Título: Estados buscam solução em 30 dias para royalties de petróleo	5
Título: Plano prevê investimento de R\$ 2,3 tri em energia	6
Título: Vale mantém meta de produção mesmo com coronavírus e chuvas	8
Título: Nova conselheira vê Petrobras na contramão das tendências do setor .	10
Título: Enel descarta vender concessão em GO.....	12
Título: Curtas	13
Título: Usinas.....	14
VEÍCULO: Folha de S.Paulo.....	15
Título: Guedes propõe discutir combustíveis na reforma tributária	15
Título: Estados cobram da Petrobras R\$ 13,8 bi em impostos e multa	16
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	17
Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig.....	17
Título: Ministro diz que reforma tributária discutirá combustíveis	18
Título: Com Brumadinho, produção de minério da Vale cai 21,5%	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 12/02/2020**Seção:****Autor:** Raphael Di Couto e Mariana Ribeiro**Título:** Guedes acalma governadores sobre ICMS dos combustíveis

Em reunião com governadores, ministro tenta acalmar a crise causada por declarações do presidente sobre redução do ICMS dos combustíveis

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse aos governadores, reunidos em Brasília, que não foi consultado pelo presidente Jair Bolsonaro quando ele os desafiou a zerar o ICMS sobre os combustíveis e assegurou que eliminaria também os impostos federais sobre esses produtos. Guedes afirmou que a fala do presidente foi uma “provocação política” e que a interpretou como uma preocupação com o preço alto dos combustíveis, um assunto que não seria tratado agora. “As coisas com que [Bolsonaro] não concorda, ele manifesta com certa autenticidade”, justificou Guedes.

O desafio do presidente, feito na semana passada, foi interpretado pelos governadores como uma atitude irresponsável e desrespeitosa. Os impostos federais sobre os combustíveis representam uma arrecadação de R\$ 28 bilhões ao ano para a União e o ICMS equivale a 30% da receita dos Estados. E todos estão em situação financeira complicada, sem condições de abrir mão dessa receita.

Um dos temores dos governos estaduais é que a “provocação” do presidente traga o risco de um “colapso social”, com manifestações de protesto como em 2013. Os caminhoneiros já estariam preparando um movimento para paralisar as principais rodovias.

A reunião do 8º Fórum dos Governadores começou tensa. A inesperada participação do ministro da Economia, porém, foi elogiada por eles.

Os ânimos se acalmaram depois que o ministro concordou que a tributação sobre os combustíveis só deve ser tratada no âmbito da reforma tributária. Estavam presentes governadores, vice-governadores e secretários dos 26 Estados e do Distrito Federal. Guedes, no entanto, não quis assinar nota conjunta selando esse acordo e disse que conversaria com Bolsonaro. Porém, até o fechamento desta edição, às 21h, o presidente não havia

sinalizado recuo em sua intenção de enviar ao Congresso Nacional um projeto de lei sobre o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Rafael Walendorff e Fabio Murakawa

Título: Bolsonaro critica reservas indígenas ao lançar conselho da Amazônia

Para Bolsonaro, conselho é “um projeto de governo” e servirá para afirmar a soberania do Brasil sobre a região

O presidente Jair Bolsonaro fez ontem críticas à “indústria da demarcação de terras indígenas” ao assinar o decreto que transfere o Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência. Ele também defendeu que o Brasil antecipe políticas “para assegurar que a Amazônia é nossa e que seus bens não fiquem escondidos lá para sempre”.

O colegiado, criado em 1995 por Fernando Henrique Cardoso, será “tirado do papel” e comandado pelo vice, general Hamilton Mourão. Bolsonaro disse que o conselho é “um projeto de governo” e servirá para afirmar a soberania do Brasil sobre a região.

“A Amazônia é nossa”, destacou em discurso. Sem citar nomes, e fez referência às críticas do presidente da França, Emmanuel Macron, no ano passado sobre o aumento do desmatamento na floresta amazônica. “Queremos a Amazônia cada vez mais brasileira, a Amazônia realmente nos pertence”, disse. “Temos que nos antecipar a problemas e preparar políticas para assegurar que a Amazônia é nossa. E que seus bens não fiquem lá escondidos para sempre.”

O presidente dedicou boa parte do discurso para defender a exploração de terras indígenas para atividades de mineração e agricultura. E fez referência ao projeto que libera a mineração em terras indígenas, enviado pelo governo ao Congresso na semana passada, ao dizer que “nossos irmãos índios, se desejarem, poderão fazer em suas terras o que os brancos fazem do lado”.

Bolsonaro afirmou também que, ainda deputado federal, foi voz vencida contra a demarcação da terra ianomâmi, feita pelo ex-presidente Fernando Collor no início da década de 1990. “Ninguém é contra dar a devida proteção e terra aos nossos irmãos índios (...) Mas 14% do território nacional demarcado é um tanto abusivo”, criticou.

A prioridade, segundo Bolsonaro, serão as ações de preservação, devido à possibilidade de novas queimadas e desmatamentos na região, e de comunicação, para melhorar a imagem do país em relação à conservação da floresta.

Escolhido por Bolsonaro para coordenar o conselho, Mourão reconheceu falhas na comunicação do governo sobre o assunto e a falta de integração de políticas para a Amazônia. “Avaliamos que no ano passado perdemos a guerra da informação”, afirmou, em referência às críticas que o país recebeu devido ao aumento das queimadas e desmatamentos na região. Ele quer priorizar ações para evitar as ilegalidades neste ano e disse que o governo tem o mapeamento a partir de imagens de satélite das áreas maior risco.

“Sabemos onde está o problema, as análises de imagens de satélites fornecem as áreas onde há problema (...) Áreas que já foram derrubadas podem ser queimadas neste ano.” Mourão disse que a ação será feita de forma integrada entre ministérios e não descartou o uso das Forças Armadas no primeiro momento. O objetivo é “gerenciar possível crise que possa ocorrer”.

Mourão explicou que haverá uma “sequência de ações” e que o conselho supre um vazio de grandes projetos para a Amazônia. Segundo ele, o mais recente foi o Calha Norte, em 1985. “Existe muita coisa que não se fala, não há coordenação e controle. Vamos juntar os planos.”

Além de preservar, o colegiado deve focar em instrumentos para aumentar a proteção - com ajuda dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores - e de promoção do desenvolvimento econômico e social, como a exploração da bioeconomia local e a regularização fundiária. O Conselho da Amazônia vai ser composto por 14 ministros e terá quatro comissões temáticas. O governo não explicou qual será o orçamento e o plano de atuação do conselho. Bolsonaro explicou que usará a estrutura já existente, sem novo ônus.

Mais cedo ontem, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, uma das integrantes do conselho, confirmou que vai destinar parte dos recursos do orçamento da pasta para o colegiado. Ela não informou o montante que será liberado e disse que a decisão depende de conversas com o ministro da Economia, Paulo Guedes. “O ministério já sabe, é pouco dinheiro, mas estamos discutindo com a Economia para que a gente avance. Vamos apresentar os números para o ministro Paulo Guedes, tenho reunião em breve sobre isso”, ponderou. “É uma prioridade do governo. Quando tem medida que é prioritária, o governo se esforça para arrumar recursos para viabilizá-la.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar

Título: Estados buscam solução em 30 dias para royalties de petróleo

Governadores formarão grupo de trabalho para debater divisão do recurso

Os governos estaduais formarão um grupo de trabalho para debater ao longo do próximo mês a divisão dos royalties do petróleo. O tema foi discutido em reunião realizada nesta terça-feira entre governadores e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, no Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

“Vamos nos reunir para trabalhar uma modulação [dos repasses]”, disse o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), após o encontro. “Há uma mobilização nacional dos Estados não produtores de participarem dessa riqueza nacional”, afirmou o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

Lei aprovada em 2013 estabeleceu que Estados não produtores de petróleo receberiam percentuais mais elevados dos royalties. O governo do Rio de Janeiro conseguiu, entretanto, barrar de maneira liminar a decisão no Supremo na ocasião.

De acordo com o governador capixaba, Renato Casagrande (PSB), o grupo terá representantes de três Estados produtores - São Paulo, Rio de Janeiro e o próprio Espírito Santo - e três não produtores (Rio Grande do Sul, Goiás

e Piauí). Também contará com a presença da relatora do caso no Supremo, ministra Cármen Lúcia.

Além disso, a tendência é que o ministro da Economia, Paulo Guedes, e representantes da Advocacia-Geral da União e do Ministério de Minas e Energia sejam convidados para participar do debate em algum momento, segundo Witzel.

Dessa maneira, o grupo pretende chegar a um acordo em aproximadamente 30 dias, antes do julgamento do caso no Supremo, pautado para abril.

“O acordo, ainda que não seja o melhor dos mundos, é melhor do que uma derrota judicial que pode impactar rigorosamente o orçamento do Rio de Janeiro”, afirmou Witzel.

Na reunião de ontem, estiveram presentes pelo menos 13 governadores. Um dos pontos centrais do debate deve ser a retroatividade dos pagamentos. Dias, governador do Piauí, afirmou que os Estados não produtores teriam R\$ 100 bilhões a receber dos demais entes.

“Entendemos que os [recursos dos] oito anos que passaram não serão repassados agora”, disse o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM). Isso, na avaliação dele, abriria espaço para que os não produtores pleitassem condições mais favoráveis.

para viabilizá-la. ”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Brasil

Autor: Folhapress

Título: Plano prevê investimento de R\$ 2,3 tri em energia

Previsão do plano decenal concentra 74% do gasto em petróleo e gás

O governo prevê crescimento de 2,9% da economia até 2029 e, para isso, terá de adicionar capacidade de geração de energia equivalente a quatro usinas de Itaipu para suportar esse desempenho. É o que mostra o Plano

Decenal de Expansão Energética (PDE) assinado ontem pelo ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

De acordo com o ministro, esse novo planejamento exigirá investimentos de R\$ 2,3 trilhões para a ampliação da capacidade instalada, 74% concentrados na exploração de petróleo e gás.

Sob críticas de empresários das chamadas energias limpas, o plano acentua ainda mais a queda do peso das fontes renováveis.

Cerca de R\$ 1,7 trilhão do investimento total projetado será destinado à ampliação da capacidade de exploração de petróleo e ao gás.

Segundo o secretário de Planejamento e Desenvolvimento do ministério, Reive Barros, o peso das fontes renováveis cairá de 83% para 80% (sob a óptica da capacidade instalada) e continuará no patamar de 48%, levando em conta a oferta interna de energia.

Para ele, esse é um patamar suficiente para que o país cumpra os termos do Acordo de Paris e de outros protocolos de redução de emissões de carbono. Ainda de acordo com o documento, o peso das hidrelétricas passará de 58% para 42% do total da capacidade instalada do sistema até 2029.

Embora fontes renováveis, como solar, eólica e biomassa cresçam bastante no período, a produção de petróleo e gás deve extrapolar a média registrada na década passada. Segundo o secretário, o país deve passar a ocupar a quarta posição como maior produtor de petróleo. No ano passado, a média diária de produção foi de 2,8 milhões de barris. Em uma década, a projeção é de bater em 5,5 milhões.

Com essa marca, o país ultrapassará o Iraque e ficará atrás de EUA (líder mundial), Rússia e Arábia Saudita. Ainda segundo o ministério, o país passará à condição de exportador, destinando 3,5 milhões de barris por dia ao mercado externo. Hoje, essa média é de 1,2 milhão de barris.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 12/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** Francisco Góes e Alessandra Saraiva**Título:** Vale mantém meta de produção mesmo com coronavírus e chuvas

Mineradora planeja produzir entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas de minério de ferro em 2020

A Vale confirmou ontem que mantém inalterada a meta de produção de minério de ferro para 2020, apesar das incertezas provocadas pela epidemia de coronavírus na China, o principal mercado da mineradora, e pelas chuvas que atingiram Minas Gerais, onde se situa parte das minas da empresa. A companhia prossegue com o planejamento de produzir neste ano entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas de finos de minério de ferro, seu principal produto.

A manutenção da meta foi bem recebida pelos investidores, que temiam redução nas projeções para 2020 depois dos cortes de produção registrados em 2019, ano da tragédia de Brumadinho. Ontem a Vale informou que produziu cerca de 302 milhões de toneladas de minério de ferro no ano passado e vendeu 312 milhões de toneladas, incluindo pelotas. Em 2020, a equação tende a se inverter: a empresa deve produzir mais e vender menos dada a necessidade de recomposição de estoques de minério de ferro na China, como mostrou ontem o **Valor**.

Também ontem a companhia informou que vai provisionar US\$ 671 milhões, no balanço do quarto trimestre de 2019, para fazer frente aos compromissos de “descaracterização” das barragens a montante, do mesmo tipo que se rompeu em Brumadinho e em Mariana (2015). Até dezembro do ano passado, o total provisionado pela empresa para Brumadinho era de US\$ 6 bilhões, incluindo US\$ 4 bilhões para compensações e reparações e US\$ 2 bilhões para desativação das barragens, como disse, em dezembro, à reportagem, o presidente da Vale, Eduardo Bartolomeo, no Vale Day, em Nova York. O balanço do 4º trimestre será divulgado no dia 20 deste mês.

Em relatório, o BTG Pactual reconheceu que os investidores estavam preocupados e esperavam uma redução da meta de produção da empresa para 2020. Até o momento a crise do coronavírus não afetou vendas e movimentações da Vale nos portos chineses e as chuvas em Minas Gerais reduziram a produção da companhia em cerca de 1 milhão de toneladas, volume pouco significativo no total da empresa.

Os analistas Leonardo Correa e Caio Greiner, do BTG, afirmaram que a manutenção até agora da meta de produção para 2020 significa que a empresa terá que entregar um volume “muito forte” no segundo semestre do ano. Tradicionalmente a segunda metade do ano costuma ser mais forte para a Vale em termos de produção em função de demanda de mercado e de questões climáticas. Também ontem a Vale atualizou projeções. A produção de pelotas de minério de ferro caiu de 49 milhões para 44 milhões de toneladas em 2020, enquanto a produção de finos de minério de ferro situa-se entre 63 milhões e 68 milhões de toneladas no primeiro trimestre do ano (ante produção anterior prevista entre 68 milhões e 73 milhões, disse o BTG).

Fontes próximas da companhia afirmam que a Vale tem uma cadeia logística “estendida”, com portos na Ásia e uma frota de navios dedicada a atendê-la, o que lhe garante flexibilidade operacional. Apesar de a companhia não ter sido impactada negativamente até agora, há também certa cautela em relação a eventuais desdobramentos do coronavírus que possam surgir a curto prazo e que neste momento são difíceis de prever. A companhia mantém, porém, otimismo em relação à contenção da epidemia. Mesmo assim, vem tomando medidas preventivas como manter os funcionários trabalhando em casa na China.

Um aspecto positivo nesse cenário adverso é o crescimento da produção do S11D, no Pará, que vai atingir neste ano a capacidade nominal plena, de 90 milhões de toneladas. A Vale informou ainda que está avançando nas discussões com a Agência Nacional de Mineração (ANM), com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG) e com as empresas de auditoria externa para iniciar testes em minas que estão paralisadas, retomando gradualmente a produção. No total, a Vale tem cerca de 40 milhões de toneladas de minério de ferro paralisadas em Minas Gerais e a meta é conseguir o retorno de 15 milhões desse total em 2020 e de 25 milhões em 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 12/02/2020**Seção:** Empresas**Autor:** André Ramalho**Título:** Nova conselheira vê Petrobras na contramão das tendências do setor

Rosângela Buzanelli é formada em engenharia geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto e está há 33 anos na estatal

Em meio à greve dos petroleiros, os trabalhadores da Petrobras foram às urnas e elegeram a geofísica Rosângela Buzanelli como representante dos empregados no conselho de administração da estatal. Apoiada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP), a nova conselheira disse não acreditar que possa mudar drasticamente os rumos da companhia, mas que é possível enriquecer o colegiado com uma visão contraditória à atual administração da petroleira, que caminha, segundo ela, na “contramão da história”.

Rosângela completa 33 anos de empresa neste ano e levanta a bandeira de uma Petrobras pública, integrada e indutora do desenvolvimento do país. Ela vê a companhia com um foco demasiadamente voltado para o retorno aos acionistas e questiona a escolha da petroleira de se concentrar na exploração e produção de óleo e gás.

“A Petrobras vive um momento crítico. Desde 2016 tem havido um desvio da rota original de uma empresa pública, forte e indutora do desenvolvimento. Ela virou as costas para esses princípios, ao visar mais o retorno ao acionista. Isso tem se acentuado. Há um desmonte, um faticamento e apequenamento da Petrobras, que tem responsabilidades sociais. A visão da empresa hoje é de uma empresa privada”, afirma.

Rosângela destaca que até mesmo as petroleiras privadas têm, hoje, um senso de responsabilidade e dão respostas concretas à sociedade como atores da transição energética para uma economia de baixo carbono. “Mas a Petrobras está indo na contramão das ‘majors’ [grandes petroleiras globais], que vão no sentido da integração e renováveis. A Petrobras deveria estar investindo mais em geração de energia da maré, eólicas, mas ela está na contramão da tendência do setor”, comenta.

Sobre o debate em torno dos impostos sobre os combustíveis, Rosângela defende que é possível, para a Petrobras, abastecer o país com “preços justos” e sem repassar a volatilidade do mercado internacional para a população.

A geofísica afirma que assumirá o cargo em abril e levantará as suas bandeiras com base em assessorias técnicas, e não para “fazer ideologia”. “O conselho não é um fórum sindical. É outro fórum”, disse ela, que pretende recorrer, dentre outras assessorias, ao Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ineep) e ao Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Acredito que temos que ocupar esse espaço [conselho]. Não podemos mudar drasticamente os rumos da companhia, mas vamos levar ao conselho uma outra visão sobre a empresa. Uma visão não só política, mas tecnicamente embasada também, para que possamos mudar posicionamentos pontuais e fazer com que o conselho reflita sobre a real missão da empresa. Nosso papel é fazer um contraponto. Essa cadeira não pode ser ocupada por quem está alinhado com a administração”, disse.

Ela afirmou que levantará, ainda, bandeiras como o fortalecimento das políticas de segurança e saúde do trabalho e o combate ao assédio sexual na empresa.

Rosângela é formada em engenharia geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestre em sensoriamento remoto pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) e ocupou cargos administrativos, de engenharia e geologia na Petrobras. Ela é diretoria do Sindipetro do Norte Fluminense e foi eleita em primeiro turno, com 5,3 mil votos (53% do total).

Com ela, a FUP volta a vencer uma eleição para o conselho da Petrobras depois de duas derrotas seguidas - o atual conselheiro, Danilo da Silva, é ligado à federação, mas só assumiu o cargo após a renúncia de Christian Queipo, ligado a Federação Nacional dos Petroleiros. “Essa vitória dá um recado claro de que os trabalhadores são contra os destinos que a gestão da Petrobras vem tomando para a companhia e que querem respeito ao acordo coletivo”, disse.

A greve completou onze dias e conta com a adesão de trabalhadores de 102 unidades da Petrobras. Os funcionários protestam contra a demissão de mil

empregados, incluindo terceirizados, da fábrica de fertilizantes de Araucária (PR), que será desativada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Enel descarta vender concessão em GO

Grupo italiano rebateu crítica feita pelo governador Ronaldo Caiado em entrevista ao Valor

O grupo italiano Enel rebateu ontem as críticas feitas pelo governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), e disse não ter interesse em vender a concessão da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg-D). Em entrevista publicada pelo **Valor** ontem, Caiado voltou a defender a saída da Enel e a entrada de outra empresa do setor na distribuição de energia do Estado.

“A Enel Brasil não tem interesse em vender a concessão da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg-D). A companhia reafirma o compromisso assumido desde a aquisição da distribuidora Celg-D, em fevereiro de 2017, para trabalhar pela recuperação do sistema elétrico do Estado, depois de anos de baixos investimentos do período estatal”, disse a Enel, em nota.

A Enel acrescentou que, nos últimos três anos, investiu R\$ 2 bilhões na distribuição em Goiás. Para este ano, a meta de investimentos é de R\$ 1 bilhão, “cerca de cinco vezes mais do que os níveis históricos anteriores à privatização, o que irá refletir ainda mais na redução das interrupções de energia e permitirá conectar novos clientes”.

A Enel destacou ainda que, nos últimos três anos, os investimentos têm resultado na melhoria dos indicadores de qualidade do serviço medidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), “são os melhores da história da companhia e estão dentro da meta prevista no contrato de concessão”.

Segundo o grupo, o número médio de interrupções no serviço de energia (FEC) recuou 43% de dezembro de 2016 a dezembro de 2019. Na mesma

comparação, a duração média das interrupções (DEC) também melhorou 22%.

Sobre os investimentos realizados, a Enel destacou a construção de subestações que beneficiaram cerca de 250 mil clientes. Para 2020, a elétrica prevê entregar seis subestações e ampliar outras 120, beneficiando mais de 40% dos clientes da distribuidora. “A Enel vai continuar trabalhando fortemente para contribuir com o desenvolvimento do Estado e oferecer cada vez mais um serviço de qualidade aos clientes goianos.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Petróleo tem leve alta

Os preços do petróleo ensaiaram uma recuperação mais robusta ontem, mas devolveram parte dos ganhos antes do fechamento da sessão e encerraram o dia em leve alta. Referência mundial, o barril do Brent para entrega em abril terminou o dia em alta de 1,38%, negociado aUS\$ 54,01 na ICE, em Londres. O WTI subiu 0,74%, a US\$ 49,94 o barril, na Bolsa de Mercadorias de Nova York (Nymex). Os investidores seguem receosos com o impacto da epidemia de coronavírus na demanda chinesa por petróleo e com a indefinição da Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados (Opep+) para estender os cortes na produção da commodity, para fazer frente à queda recente dos preços. A Rússia é contra aumento do volume de cortes do cartel. “Embora o número de casos e mortes de coronavírus continue aumentando, a taxa de crescimento percentual dos casos diminuiu, contribuindo para o aumento dos preços do petróleo”, disse Colin Cieszynski, estrategista-chefe de mercado da SIA Wealth Management.

Lucro da Comgás cai

A Comgás registrou no quarto trimestre lucro líquido de R\$ 367,1 milhões, recuo de cerca de 57,2% em relação aos R\$ 859 milhões registrados no mesmo período de 2018, quando a companhia apurou ganho com o reconhecimento de créditos tributários e encerramento de disputas judiciais, influenciando a base comparativa. A situação ofusca o aumento de 32,1% da receita líquida, para R\$ 2,5 bilhões. No ano passado, houve o repasse do aumento dos custos de gás e transporte. O volume de gás vendido, excluindo termogeração, caiu 3,3%, para 1,1 bilhão de metros cúbicos. O volume residencial teve queda de 0,4% no trimestre, por conta do aumento da temperatura no período, enquanto o segmento comercial teve alta de 2,3%, impulsionado pelo setor de bebidas e alimentos, juntamente com shoppings e edifícios comerciais. O consumo do segmento industrial recuou 2,4%, por situações adversas de grandes clientes. Nos últimos três meses do ano, a Comgás registrou despesa operacional de R\$ 295,4 milhões, revertendo receita de R\$ 535,2 milhões do mesmo período de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 12/02/2020

Seção: Agronegócios

Autor:

Título: Usinas

São Martinho de olho no etanol de milho

Com quatro usinas de cana, o Grupo São Martinho está começando as análises para investir no processamento de milho em sua maior unidade - a Usina São Martinho, localizada em Pradópolis (SP). Paralelamente, faz ajustes para transformar em “flex” sua usina em Quirinópolis (GO).

VEÍCULO: Folha de S.Paulo**Data:** 12/02/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Bernardo Caram**Título:** Guedes propõe discutir combustíveis na reforma tributária

Brasília- Pressionado por governadores, o ministro Paulo Guedes (Economia) propôs que o debate sobre possível redução nos tributos que incidem sobre combustíveis seja levado para o Congresso na discussão da reforma tributária e do pacto federativo.

Em uma tentativa de apaziguar a relação entre o governo federal e os estados, estremecida após declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o preço dos combustíveis, Guedes aceitou participar de reunião em Brasília nesta terça-feira (11) com a presença de governadores ou representantes de todos os estados.

No início do mês, Bolsonaro desafiou os governadores e disse que zeraria os tributos federais se os estados eliminassem o ICMS cobrado desses produtos. “Eu zero o [imposto] federal se eles zerarem o ICMS. Está feito o desafio aqui agora. Eu zero o federal hoje, eles zeram o ICMS. Se topar, eu aceito. Tá ok? ”, disse Bolsonaro na saída ocasião.

Em aperto financeiro, gestores regionais reagiram e afirmaram que a proposta é um blefe populista.

Segundo participantes da reunião desta terça com o ministro, o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), chegou a se exaltar no início do encontro, mas depois se desculpou. Ele afirmou que seria criminoso sugerir que os estados abram mão da arrecadação do ICMS.

Ibaneis afirmou que todos os governadores concordam com a ideia de levar a discussão para avaliação do Congresso. A ideia é que a reestruturação dos tributos permita uma redução das cobranças sobre combustíveis ao mesmo tempo que o novo pacto federativo viabilizaria um aumento nos repasses de recursos federais para os estados e municípios.

Segundo relato do governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), Guedes afirmou na reunião que avalia não ser possível zerar os tributos

neste momento e que um debate sobre eventual redução dos impostos deve ser feito a médio e longo prazo.

“Tem que haver primeiro um fortalecimento dos estados e municípios, algo que só pode ser resolvido com a aprovação do novo pacto federativo e da reforma tributária.”

Governadores afirmam que a presença de Guedes no encontro foi um passo importante, mas cobram que o governo federal, especialmente Bolsonaro, faça uma retratação. Eles argumentam que viraram alvo da população depois que o presidente sugeriu que seria possível zerar os tributos.

Nas últimas semanas, Bolsonaro insistiu nas críticas e reclamou que as quedas de preços dos combustíveis nas refinarias acabam não chegando aos postos.

VEÍCULO: Folha de S.Paulo

Data: 12/02/2020

Seção: Mercado

Autor: Bruno Boghossian e Bernardo Caram

Título: Estados cobram da Petrobras R\$ 13,8 bi em impostos e multa

Brasília- Enquanto Jair Bolsonaro trava uma batalha com governadores pela redução de tributos estaduais sobre combustíveis, seis unidades da Federação cobram da Petrobras pelo menos R\$ 13,8 bilhões. A estatal diz discordar das cobranças.

Governos locais cobram da Petrobras — que é controlada pela União — débitos com impostos (principalmente o ICMS), além de multas, juros e outros encargos. A petroleira questiona esses débitos.

A estatal figura nas primeiras posições dos cadastros da dívida ativa de diversos estados, como Rio, São Paulo, Pará e Bahia. A inclusão de empresas nessas listas ocorre quando os processos administrativos de cobrança são encerrados e as autoridades passam a exigir o pagamento do débito.

A Petrobras lidera o ranking da dívida ativa do Rio, com R\$ 9,4 bilhões inscritos em 168 diferentes processos de

cobrança. A petroleira figura ainda em segundo lugar na lista do governo de São Paulo, com débitos de R\$ 3,6 bilhões.

A Petrobras disse que os valores cobrados pelos estados não representam uma ausência de pagamento de tributos, mas uma “divergência de interpretação da norma tributária”.

A estatal informou “discordar das cobranças promovidas pelos estados” e que defende entendimento diferente daquele adotado pelas autoridades fiscais. “Reconhece, portanto, existir um contencioso tributário [débitos contestados] , mas não uma dívida líquida e certa junto aos Estados”, declarou a petroleira.

Grandes empresas costumam se envolver em disputas com autoridades federais e estaduais por divergências na cobrança de impostos. A falta de pagamento ou contestações na arrecadação geram processos administrativos que podem levar à inscrição da pessoa jurídica no cadastro da dívida ativa.

Nesses processos, os contribuintes têm direito a defesa e a apresentação de recursos para questionar a autuação. Após a conclusão do processo administrativo e a inclusão da cobrança na dívida ativa, a empresa pode recorrer à Justiça ou negociar o pagamento do débito.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/02/2020

Seção:

Autor: Colunas

Título: Coluna do Estadão: Alberto Bombig

Guedes no papel de bombeiro em reunião

A presença de Paulo Guedes no encontro dos governadores foi articulada por Ronaldo Caiado (DEMGO) diretamente com Onyx Lorenzoni (Casa Civil). O mercurial ministro da Economia chegou à reunião tendo como cartão de visita uma mensagem de paz: “Vamos trabalhar juntos”. Guedes assumiu o papel de bombeiro. “É falso esse confronto entre a Federação e o governo federal porque nosso diagnóstico é de descentralização do discurso político e de recursos, desde a campanha”, afirmou aos governadores, que gostaram do tom.

» Legenda. Sobre a trombada de Jair Bolsonaro com os governadores no caso do ICMS, Guedes afirmou: “Acho que o ponto do presidente é: ‘Olha, está grave o (preço do) combustível e isso dificulta a industrialização, o setor produtivo’. E a nossa resposta é dizer que vamos trabalhar juntos”.

» Torta de... O encontro foi marcado, contudo, por um embate entre Guedes e Ibaneis Rocha (MDB-DF). Coordenador do fórum, ele chamou o presidente de “irresponsável”, por sua provocação de desafiar os governadores a zerar o ICMS.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/02/2020

Seção: Economia

Autor: Eduardo Rodrigues

Título: Ministro diz que reforma tributária discutirá combustíveis

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem em reunião com governadores que o desafio lançado pelo presidente Jair Bolsonaro para que os governos estaduais zerem a tributação dos combustíveis não era imediato, mas sim no âmbito da reforma tributária, segundo informou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite.

“Os governadores pedem que o governo federal faça esse esclarecimento. Esperamos agora posicionamento mais claro do governo e do Ministério da Economia”, disse Leite. “A reforma tributária permitirá a retirada da sobrecarga sobre os combustíveis, por meio da cobrança em itens que hoje estão sub-tributados”, acrescentou.

Representantes dos 27 Estados participaram ontem da reunião, incluindo 23 governadores. Segundo Leite, todos os Estados desejam baixar o custo do combustível até mesmo como forma de aumentar a competitividade de suas economias, mas o governador alegou que não há como fazer isso abruptamente.

“A arrecadação do ICMS sobre os combustíveis alimenta serviços públicos. Zerar o imposto de uma vez levaria ao colapso do atendimento à sociedade”, afirmou. “Os governadores não são ‘sujeitos malvados’ que acordam todos os dias querendo tirar dinheiro da população”, completou.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande, também disse que Guedes, explicou aos governadores que a “provocação” de Bolsonaro sobre a tributação dos combustíveis vale para o médio e longo prazo, por meio da reforma tributária.

“A interpretação de Guedes é a de que o desafio é na reforma tributária, onde pode haver a substituição da carga que incide sobre alguns produtos. O desafio de Bolsonaro pareceu algo imediato, mas para Guedes é de médio ou longo prazo”, afirmou Casagrande.

“Guedes sabe que nem a União e nem Estados podem perder receitas agora. O governo lançou debate nas redes sociais e não chamou governadores para uma conversa técnica, que estamos tendo agora”, completou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 12/02/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Com Brumadinho, produção de minério da Vale cai 21,5%

Planos. Para este ano, a Vale manteve a estimativa de produção entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas, mesmo com possíveis impactos do coronavírus na China e das chuvas em MG no desempenho do 1º trimestre; provisão para a tragédia subiu para US\$ 6,7 bi.

Fernanda Guimarães Mariana Durão Afetada pela paralisação de operações em decorrência do desastre com sua barragem em Brumadinho, Minas Gerais, a Vale viu sua produção de minério de ferro encolher 21,5% em 2019, para 301,97 milhões de toneladas. No quarto trimestre, a mineradora produziu 78,344 milhões de toneladas, queda de 22,4% em relação ao reportado um ano antes.

Em relatório divulgado ontem, a Vale manteve a estimativa de produção entre 340 milhões e 355 milhões de toneladas para 2020, apesar dos possíveis impactos do coronavírus sobre a economia da China e das fortes chuvas em Minas Gerais no desempenho do primeiro trimestre.

A mineradora reconhece que os temporais de janeiro e fevereiro levaram a uma perda de cerca de 1 milhão de toneladas, devido a interrupções temporárias de produção e transporte nos Sistemas Sul e Sudeste.

As estimativas não consideram efeitos de segunda ordem da epidemia de coronavírus, diz a Vale. A companhia avalia que, no momento, os impactos do vírus “parecem ser acomodados apenas por meio de alterações de preço” e afirma que pretende reestabelecer seus estoques em 2020, mesmo com risco de menor demanda chinesa.

Em relatório, o Citi acredita que os desafios serão grandes para a companhia entregar a sua meta de produção. “Os investidores esperam que a produção da Vale esteja no limite mais baixo do guidance (projeção), por conta dos dados de embarque”, diz a análise enviada ao mercado. Anualizando a produção do quarto trimestre, a instituição financeira destaca que o volume ficaria abaixo de 320 milhões de toneladas.

Os planos da Vale antes do rompimento da barragem que vitimou 270 pessoas era atingir a marca de 400 milhões de toneladas anuais no ano passado. Com a tragédia, a mineradora teve de adiar a meta para pelo menos 2022, conforme projeções já divulgadas ao mercado.

A companhia afirma que está em conversas com a Agência Nacional de Mineração (ANM), o Ministério Público de Minas e auditorias externas em relação ao plano de retomada de capacidade produtiva de 40 milhões de toneladas de minério com as operações de Timbopeba, Fábrica e Complexo Vargem Grande. A Vale espera receber as autorizações necessárias para retomar todas essas operações até o terceiro trimestre.

O Sistema Norte segue ganhando importância no desempenho da companhia. Em 2019, a região, que engloba Carajás e S11D, respondeu por 62,5% da produção de minério de ferro da Vale. A expectativa é que o S11D, maior investimento da história da Vale, contribua com a capacidade plena de 90 milhões de toneladas de minério de alta qualidade para o volume total de produção de 2020.

Barragens. A Vale atualizou o seu plano de descaracterização de barragens e informou que serão necessárias provisões adicionais, o que provocará um efeito líquido de US\$ 671 milhões em seu balanço do quarto trimestre, a ser divulgado em 20 de fevereiro. Esse “colchão” de recursos será necessário sobretudo porque mais duas barragens e outras três estruturas serão descaracterizadas.

A descaracterização é o processo pelo qual a estrutura de uma barragem é reincorporada ao relevo original e ao meio ambiente, ou seja, tal estrutura deixa de ter características ou de exercer função de barragem.

Com os novos planos de descaracterização, as provisões relacionadas com a tragédia de Brumadinho sobem para US\$ 6,7 bilhões, ressalta o JPMorgan. Em relatório, o banco destaca que os investidores já tinham a preocupação de que os gastos com a tragédia poderiam subir e, agora, com esse anúncio, a cautela será ainda maior.

MME / ASCOM.